

UGT chumba última versão do pacote laboral

Secretariado nacional da UGT reuniu-se nesta quinta-feira para analisar a última versão da proposta de revisão da legislação laboral do Governo. Decisão foi unânime.

Raquel Martins

23 de Abril de 2026, 14:40



Na véspera do secretariado nacional, Mário Mourão, líder da UGT, foi recebido pelo Presidente da República
MANUEL DE ALMEIDA / LUSA

O secretariado nacional da UGT rejeitou por unanimidade a última versão do pacote laboral (<https://www.publico.pt/legislacao-laboral>). Nos minutos finais da reunião desta quinta-feira, os membros do secretariado nacional votaram contra a proposta de revisão da lei laboral que está em cima da mesa, uma decisão que terminou com aplausos.

“O secretariado nacional rejeitou a proposta. Mas também ficou decidido que se o Governo tiver uma proposta que ainda queira fazer, no sentido de trabalhar para um acordo, a UGT está totalmente disponível em sede de concertação social [para a analisar]”, afirmou Mário Mourão, secretário-geral da UGT.

“A rejeição foi por unanimidade”, acrescentou.

O líder da UGT enunciou alguns dos pontos que continuam sem avanços “significativos”. “Há questão do outsourcing, do banco de horas, da jornada contínua, da remissão abdicativa [de créditos laborais], a não reintegração do trabalhador tendo sido despedido ilicitamente”, exemplificou.

Mourão afastou divergências dentro da central sindical, insistindo que a rejeição foi unânime. “A UGT não está dividida, está reforçada e mais unida”, afirmou.

Ao contrário do que aconteceu na [reunião do secretariado](https://www.publico.pt/2026/04/09/economia/noticia/reforma-laboral-proposta-nao-permite-alcancar-consenso-conclui-ugt-2170703) (<https://www.publico.pt/2026/04/09/economia/noticia/reforma-laboral-proposta-nao-permite-alcancar-consenso-conclui-ugt-2170703>) nacional (<https://www.publico.pt/2026/04/09/economia/noticia/reforma-laboral-proposta-nao-permite-alcancar-consenso-conclui-ugt-2170703>) de Abril, do encontro desta quinta-feira não saiu uma resolução ou qualquer outro documento.

A 9 de Abril, o secretariado nacional pronunciou-se negativamente em relação em relação a uma proposta com data de 24 de Março. A UGT lamentava “o reduzido avanço” em várias questões.

É o caso do alargamento da duração e dos fundamentos dos contratos a termo; a eliminação da garantia de reintegração em caso de despedimento ilegal; a reintrodução do banco de horas individual; as mudanças na contratação colectiva; a generalização dos serviços mínimos; as restrições à actividade sindical nas empresas sem trabalhadores filiados, assim como a possibilidade de mudar o trabalhador de categoria com perda de retribuição por deferimento tácito da Autoridade para as Condições do Trabalho.



Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- ✉ Newsletters
- 🔔 Alertas
- f Facebook
- × X
- 📷 Instagram
- in LinkedIn
- 📺 Youtube
- 📡 RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

- Aplicações
- Loja
- Meteorologia
- Imobiliário

Assinaturas

- Edição impressa
- Jogos
- Newsletters exclusivas
- Estante P